



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

72ª Reunião

Data: 14 de julho de 2015

Lista de Presença

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Secretária Adjunta SMA	Cristina Azevedo	P
Representante SMA	Beatriz Machado Granziera	P
Representante SMA	José Pedro de Oliveira Costa	P
Representante SMA	Aline Pacheco pelucio	P
Representante Cetesb	Iracy Xavier da Silva	P
Representante Consema	Rubens Beçak	Ausência justificada
Representante Sociedade Civil	Elci Maria Camargo Santos	P
Representante Sociedade Civil	Ricardo Ribeiro Rodrigues	P

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Secretário Executivo CCA	Alexandre Uehara	P
Oficial Administrativo	Egle Corabi	P

Participantes da Reunião

Instituição	Nome
Instituto de Botânica	Domingos Sávio Rodrigues
Instituto de Botânica	Ada André Pinheiro
Instituto de Botânica	Eduardo Pereira Cabral Gomes
Instituto de Botânica	José Paulo Ganzeli
Fundação Florestal	Luis Fernando Rocha
Fundação Florestal	José Toledo Marques
Fundação Florestal	Edson Montilla
Fundação Florestal	Luís Fernando Feijó
Instituto Florestal	Rodrigo R.Castanho

RESUMO DA REUNIÃO

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 71ª REUNIÃO

Ata da 71ª Reunião aprovada.

1.1. RATIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA 71ª REUNIÃO

Destinação de recursos da 71ª Reunião ratificada.

2. INFORMES

2.1. Informação sobre a assinatura de novos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental:

2.1.1. Gasoduto Brasil-Bolívia – GASBOL

Proc. IBAMA 02001.000604/1992-27

Valor da Compensação Ambiental: R\$ 2.456.700,00

TCCA assinado em 27/5/15

Depositado no FPBRN desde 8/6/15

2.1.2. CGR Jardinópolis

Proc. SMA 5204/2009

Valor da Compensação Ambiental: R\$ 28.584,00

TCCA assinado em 19/6/15

Depositado no FPBRN desde 1/7/15

2.1.3. LT Porto Velho – Araraquara II – Lotes D e F

Proc. IBAMA: 02001.000326/2009-07

Valor da Compensação Ambiental: R\$ 325.232,70

TCCA assinado em 22/6/15

Depositado no FPBRN desde 30/6/15

2.2. Informe sobre a Implantação do Sistema de Combate a Incêndios Florestais em UCs da Fundação Florestal.

Informação sobre o cumprimento da condicionante definida na 71ª Reunião de 09/06/15 pela Fundação Florestal, referente à apresentação de planilha com a frota das UCs constantes no plano de trabalho e a sua respectiva situação. Também informado que fora realizada Reunião com a Fundação Florestal, na qual foram solucionadas algumas dúvidas, e foi definido um plano de trabalho mais objetivo, com a subtração de alguns equipamentos e serviços do plano original. Também foi solicitado que a Fundação Florestal incluísse no PPA a manutenção e incremento dessa frota.

2.3. Aprovação de solicitação de inclusão de pauta, assunto a ser tratado no seguinte item desta reunião:

3.6. Solicitação do Instituto de Botânica de aporte adicional de recursos para plano de trabalho já aprovado em reunião anterior.

3. EXPEDIENTE PRELIMINAR

3.1. RPPN Meandros

3.1.1. Questionamento do proprietário da RPPN Meandros da possibilidade de que tal Unidade de Conservação seja beneficiada com parte dos recursos da compensação ambiental do empreendimento Sistema Produtor São Lourenço – SABESP – Proc. SMA 21/2010.

O representante da RPPN, em função desta não ter sido considerada como impactada pelo órgão licenciador mesmo que o empreendimento em questão seja lindeiro à UC, solicitou inclusão de pauta no intuito de viabilizar à UC acesso parcial ao recurso, para elaboração do plano de manejo e implantação de medidas de proteção. A Coordenação da CCA encaminhou questionamento à CETESB sobre a pertinência da proposta. A resposta da CETESB foi no sentido não oposição da proposta de indicação da RPPN para recebimento de parte dos recursos da compensação ambiental.

DELIBERAÇÃO: Após conhecimento e análise, a CCA deliberou solicitar à RPPN Meandros a apresentação de plano de trabalho.

3.2. Definição de novos procedimentos:

3.2.1. Definição de diretrizes para destinação e utilização dos recursos da compensação ambiental.

Apresentação de proposta inicial a ser analisada e amadurecida para que futuramente a CCA possa desenvolver diretrizes para destinação e utilização dos recursos da compensação ambiental. Proposta inicial conforme Anexo I desta ata.

3.3. Solicitação do ICMBio de anuência para transferência de recursos:

Recursos referentes ao empreendimento Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-70), destinados para Flona de Ipanema, no valor original de R\$ 88.500,00, hoje depositados em conta poupança do empreendedor. O ICMBio solicita anuência para transferência desses recursos para conta escritural da Caixa Econômica Federal, instituição gestora dos recursos de compensação na esfera federal.

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou autorizar a transferência de recursos do empreendimento Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-70), destinados para Flona de Ipanema, no valor original de R\$ 88.500,00, hoje depositados em conta poupança do empreendedor para conta escritural da Caixa Econômica Federal, conforme solicitado pelo ICMBio.

3.4. Solicitação da Prefeitura de Pindamonhangaba:

A Prefeitura informa que os recursos da compensação ambiental do empreendimento Rio Vermelho, depositados em conta poupança do empreendedor e destinados ao PNM Trabiçu para Elaboração de Fiscalização Emergencial e Elaboração do Plano de Manejo, não foram utilizados. Informa ainda que o Plano de Manejo do referido Parque foi elaborado com recursos próprios e solicita que estes recursos sejam utilizados para execução das ações do plano de manejo.

DELIBERAÇÃO: Após conhecimento, a CCA deliberou solicitar à Prefeitura de Pindamonhangaba a apresentação de novo plano de trabalho.

3.5. Revisão do Banco de Projetos

Reiterada a solicitação aos órgãos/entidades gestoras para que, em função do tempo decorrido desde a aprovação dos planos constantes no Banco de Projetos, verifiquem a prioridade e validade desses planos de trabalho. Sugerido à Secretaria Executiva uniformizar a tabela para os planos aprovados com recursos do FPBRN e do Banco de Projetos, bem como o encaminhamento de um modelo para os órgãos/entidades gestoras. Prazo estipulado para resposta a esta solicitação estabelecido em 24/07/2015. Fica suspenso o Banco de Projetos até o encaminhamento da nova planilha de prioridades.

3.6. Solicitação do Instituto de Botânica para aporte complementar para plano de trabalho aprovado na 68ª Reunião.

Em função do tempo decorrido desde a aprovação do plano de trabalho, ficou defasado o valor orçado pelo Instituto de Botânica para a execução do plano de trabalho para Prestação de Serviços técnicos especializados de engenharia, visando o levantamento, análise e elaboração de termo de referencia para contratação da Atualização do Projeto de Saneamento do PE Fontes do Ipiranga, no valor de R\$78.138,83, sendo solicitado o aporte complementar de R\$ 15.000,00.

DELIBERAÇÃO: Após conhecimento, a CCA deliberou aprovar a destinação complementar no valor de R\$ 15.000,00, para suprir a diferença de valor orçado, bem como a previsão de novo reajuste fixado para 31/08/2015, provenientes do Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, conforme item 1 do anexo II desta ata. Foi recomendada, ao Instituto de Botânica, agilidade na contratação antes do reajuste indicado para a data de 31/08/2015.

4. DEMANDAS DO COMITÊ DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

Propostas da Fundação Florestal para aplicação de recursos de empreendimentos de licenciamento federal, disponibilizados às UCs Estaduais de São Paulo, em atendimento à solicitação da CCOMP/IBAMA:

DELIBERAÇÃO: Após conhecimento, a CCA deliberou encaminhar à CCOMP/IBAMA as propostas da Fundação Florestal de Unidades de Conservação, aplicação de recursos e valores, conforme os quadros abaixo:

4.1. Compensação Ambiental Federal do Sistema de Produção de Gás Natural e Condensados – Campo de Mexilhão – Bacia de Santos

EMPREENHIMENTO	VALOR	INDICAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
Sistema de Produção de Gás Natural e Condensados - Campo de Mexilhão - Bacia de Santos	7.000.000,00	APA Marinha do Litoral Norte	Ações de Proteção e Implantação do Plano de Manejo	4.000.000,00
		PE Ilhabela	Implantação do Plano de Manejo	1.000.000,00
		PE da Ilha Anchieta	Ações de Proteção e Implantação do Plano de Manejo	1.000.000,00
		PE Serra do Mar	Regularização Fundiária	1.000.000,00

4.2. Compensação Ambiental Federal do Teste de Longa Duração – Área do Pré-Sal – Blocos BM-S-9 e BM-S-11 – Bacia de Santos

EMPREENDIMENTO	VALOR	INDICAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
Teste de Longa Duração - Área do Pré-Sal - Bacia de Santos	220.000,00	PE Lagamar de Cananéia	Atividades de Proteção da Unidade	220.000,00

4.3. Compensação Ambiental Federal da LT Taubaté – Nova Iguaçu

EMPREENDIMENTO	VALOR	INDICAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
LT Taubaté-Nova Iguaçu	100.000,00	APA Silveiras	Atividades de proteção da Unidade	100.000,00

4.4. Compensação Ambiental Federal do Gasoduto Campinas – Rio de Janeiro (GASCAR)

EMPREENDIMENTO	VALOR	INDICAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
Gasoduto Campinas - Rio de Janeiro (GASCAR)	2.000.000,00	APA Silveiras	Elaboração do Plano de Manejo	666.666,66
		APA Piracicaba Juqueri-Mirim	Elaboração e implantação do Plano de Manejo	666.666,67
		APA Sistema Cantareira	Implantação do Plano de Manejo	666.666,67

4.5. Compensação Ambiental Federal da PCH Braço

EMPREENDIMENTO	VALOR	INDICAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
PCH Braço	30.000,00	EE Bananal	Programa de Proteção da Unidade	30.000,00

Os itens abaixo foram retirados de pauta pela Fundação Florestal, no intuito de melhor verificar junto ao IBAMA o rol de Unidades de Conservação elencadas por aquele órgão, uma vez que a Fundação Florestal entende que não foram consideradas todas as UCs impactadas diretamente pelos empreendimentos em questão:

- Compensação Ambiental Federal da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 2

- Compensação Ambiental Federal da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 1

ANEXO I

DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - 14 de julho de 2015

Prezada Sra. Secretária Adjunta,

conforme solicitado, segue uma minuta de diretrizes a serem utilizadas pelos membros da Câmara de Compensação Ambiental para aplicação dos recursos da compensação ambiental.

DIRETRIZES LEGAIS

1. As atividades do Plano de Trabalho seguem a ordem de prioridades definidas pelo art. 33 do Decreto nº 4.340/2002?
 - a. regularização fundiária e demarcação das terras;
 - b. elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo
 - c. aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
 - d. desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
 - e. desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.
2. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação serão aplicados para custear as seguintes atividades?
 - a. elaboração do Plano de Manejo ou atividades de proteção da unidade;
 - b. realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
 - c. implantação de programas de educação ambiental; e
 - d. financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.
3. Há compatibilidade entre as atividades constantes do plano de trabalho e as prioridades da gestão das UCs do Estado de São Paulo, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070/2014?

DIRETRIZES ADMINISTRATIVAS

4. O órgão ou entidade solicitante presta contas regularmente da execução das atividades custeadas com recursos da compensação ambiental?
5. Foram analisadas formas alternativas de obtenção de recursos para as atividades do plano de trabalho? (Projeto na sala de cenários)
6. Foram utilizados dados existentes sobre a UC beneficiada, como, por exemplo:
 - a. Equilíbrio - Há recursos da compensação ambiental destinados para a UC beneficiada ou para outras UCs ao redor;
 - b. O Plano de Manejo, quando existente, foi levado em consideração?
 - c. Há Estudos de viabilidade econômico-financeira em relação à UC beneficiária
 - d. Há Estudos sobre a importância da proposta apresentada no plano de trabalho para a conservação da biodiversidade;
7. Para as ações de (1) implantação de plano de manejo e (2) aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, o plano de trabalho indica objetivamente como vai contribuir para a gestão, monitoramento e proteção das UCs?

METODOLOGIA DAS REUNIÕES PRÉVIAS DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- Realização de reuniões prévias da CCA para dar agilidade à aprovação de planos de trabalho;
- Para as reuniões prévias da CCA, os planos de trabalho deverão estar analisados pelos respectivos relatores, de modo que a CCA possa deliberar previamente sobre sua aprovação
- De preferência, deve-se realizar a reunião prévia de modo que haja tempo hábil para solicitar aos proponentes do plano de trabalho esclarecimentos e alterações acordadas pelos membros da CCA
- Após a reunião prévia, a pauta deve ser enviada a todos os convidados
- Envio de planos de trabalho para todos os membros da CCA



Anexo II

Proposta de Destinação de Recursos

1. Metrô Linha 6 - Laranja – Proc SMA 116/2010

Valor da Compensação Ambiental destinado: R\$ 15.000,00

Depositado no FPBRN desde 07/10/2014

Proposta: A SE/CCA propõe destinar R\$ 15.000,00 provenientes do empreendimento Metrô Linha 6 - Laranja – Proc SMA 116/2010 para suprir a diferença de valor orçado, bem como a previsão de novo reajuste fixado para 31/08/2015, do plano de trabalho para Prestação de Serviços técnicos especializados de engenharia, visando o levantamento, análise e elaboração de termo de referencia para contratação da Atualização do Projeto de Saneamento do PE Fontes do Ipiranga, conforme item 3.6 desta ata.